



**Parecer Jurídico nº284 /2025.**

Referência: Proposição de Lei 3.202/2025

**EMENTA:** Institui a Política de Promoção da Dignidade Menstrual por meio da distribuição gratuita de absorventes higiênicos nas Escolas Públicas Municipais e nas Unidades Básicas de Saúde do Município.

**I RELATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Sabará encaminhou à Presidência desta Casa Legislativa ofício assegurando as razões do voto à proposição de lei nº 3.202/2025.

É o relatório, segue fundamentação jurídica do voto.

**II DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO VETO**

1. Nos termos do 58 da Lei Orgânica do Município após a aprovação de Projetos de Lei na Câmara de Vereadores, compete ao Prefeito Municipal sancionar ou vetar os projetos no prazo de 15 dias úteis e

*I*

comunicar a Câmara Municipal com o motivo do voto, no prazo de 48 horas.

*Art. 58. A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara será enviada ao Prefeito que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de seu recebimento:*

*I - se aquiescer, sacioná-la-á, ou*

*II - se a considerar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, vetá-la-á, total ou parcialmente.*

*§ 1.º - O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo, importa em sanção.*

*§ 2.º - A sanção expressa ou tácita supre a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo.*

*§ 3.º - O Prefeito publicará o veto e, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, comunicará seus motivos ao Presidente da Câmara.*

*§ 4.º - O voto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.*

*§ 5.º ) - A apreciação do voto pelo Plenário da Câmara será dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação aberta, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.*

*§ 6.º - Se o voto não for mantido, será a proposição enviada ao Prefeito para promulgação.”*

2. O Projeto de Lei, oriundo desta Câmara Legislativa foi aprovado por unanimidade pelos vereadores desta Casa de Leis. Ocorre que, o

Prefeito decidiu vetar integralmente a propositura e encaminhou as razões de veto a esta Casa de Legislativa no prazo legal.

3. Tendo em vista que nos termos do veto apresentado pelo Executivo e diante da justificativa, alega o poder executivo, que a criação de programa governamental impõe obrigação à Administração Pública, bem como aponta ser matéria de iniciativa e de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, extrapolando os limites da função do Poder Legislativo, resultando em afronta ao princípio da separação dos poderes.
  
4. Desta forma, a Procuradoria Jurídica OPINA, favorável a tramitação do veto na forma prevista constante da Lei Orgânica e no Regimento desta Casa Legislativa.

### III – CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, a Procuradoria Jurídica opina pela regular tramitação do VETO à Proposição de Lei nº 3.202/2025.

É o parecer

Sabará 28 de Outubro de 2025.



Márcio dos Santos Silva  
Procurador Jurídico  
OAB/MG 169.203